(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Reforçar, nas diversas vertentes, a tomada de iniciativa do Governo, de sujeitar-se à fiscalização e à efectivação de responsabilidades por parte da Assembleia Legislativa

A Assembleia Legislativa (AL) é o órgão legislativo da RAEM e, ao mesmo tempo, assume uma função política relevante, isto é, fiscalizar o Governo em representação dos cidadãos. Ao longo dos anos, a sua relação com o órgão executivo é considerada como "uma colaboração mais do que suficiente e um controlo insuficiente". Perante esta realidade, a AL, naturalmente, tem a responsabilidade de aumentar a eficiência do seu trabalho, no entanto, o Chefe do Executivo e a equipa do Governo, sob a sua liderança, devem assumir uma atitude mais proactiva, respondendo perante a AL.

O actual Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, foi Presidente da Assembleia Legislativa durante seis anos, portanto, deveria saber muito bem o que é que a AL necessita para reforçar, de acordo com a lei, a fiscalização da governação. Contudo, na realidade, tal como apontei na sessão de perguntas e respostas com o Chefe do Executivo, que teve lugar há dias, continuam a existir, mesmo depois da sua tomada de posse, inúmeras políticas em relação às quais o Governo continua a não tomar a iniciativa de ouvir os Deputados aquando da sua elaboração, como, por exemplo, o Plano de "habitação para a classe sanduíche", que tem implicações profundas e a longo prazo para a sociedade, a Política de Juventude de Macau (2021 – 2030), o Planeamento a Médio e Longo Prazo do Ensino Não Superior (2021-2030), políticas

de apoio económico para o combate à epidemia, etc.

Todavia, na altura, houve um mal-entendido em relação à minha solicitação, pois o Chefe do Executivo interpretou-a como pretendendo passar o poder de decidir as políticas para a AL e, portanto, não deu uma resposta directa à questão de como reforçar a tomada de iniciativa, por parte do Governo, de sujeitar-se à fiscalização da AL, perdendo, assim, uma boa oportunidade para explicar, plenamente, o aperfeiçoamento contínuo da relação entre o Executivo e o Legislativo.

Pelo exposto, voltando a usar do poder em matéria de fiscalização, consagrado na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, interpelo o Governo da RAEM, solicitando que me seja dada, ponto por ponto, uma resposta escrita clara, objectiva e adequada, sobre o seguinte:

1. A AL assume-se como órgão representante da opinião pública, no entanto, no processo de elaboração das diversas políticas, a AL não é informada e, na maioria dos casos, toma conhecimento do conteúdo das políticas do Governo ao mesmo tempo que o público. Assim sendo, no futuro, quando o Governo lançar políticas ou avançar com auscultações de opiniões, deve, de forma mais regular, tomar a iniciativa de se dirigir à AL para ouvir, de antemão, os Deputados, com vista a melhorar, na medida do possível, as políticas e os documentos de consulta. Vai fazê-lo?

2. A Lei Básica confere à AL, nos termos do seu artigo 71.º, a competência de debater questões de interesse público, e o artigo 137.º do Regimento estipula que,

(TRADUÇÃO)

para além dos Deputados, o Governo também pode pedir a convocação de reunião plenária para debater questões de interesse público. Quanto às questões de interesse público, alvo da atenção da sociedade, o Governo vai ser mais proactivo, no sentido de tomar a iniciativa de propor à AL a realização de reuniões plenárias para as debater?

3. Nos serviços públicos, há mais de uma centena de trabalhadores para assegurar o contacto com a imprensa, constituindo uma ponte através da qual se estabelece a comunicação directa entre o Governo e a comunicação social. Do mesmo modo, os Deputados, no exercício do seu mandato, também têm de contactar frequentemente os serviços públicos, assim, o Governo deve, em coordenação com os diversos serviços públicos, criar um mecanismo especificamente destinado à comunicação com os Deputados, no sentido de estabelecer um canal de comunicação bidireccional mais rápido e directo, evitando que a burocracia e a "viagem de ofícios" atrasem o apoio dos Deputados aos residentes que lhes pedem ajuda. Vai fazê-lo?

16 de Abril de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Sou Ka Hou